

Carta de compromisso com o comércio, os serviços e o turismo de Minas Gerais

Resposta à Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo 2026

Belo Horizonte, setembro de 2026

Ao Senhor
Nadim Elias Donato Filho
Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais
Fecomércio MG

Prezado presidente Nadim,

Agradeço a entrega da Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo 2026 e, principalmente, a decisão da Fecomércio MG de apresentar ao debate eleitoral um documento que não se limita a reivindicações corporativas. A Agenda relaciona ambiente de negócios, desenvolvimento regional, infraestrutura, inovação, qualificação, segurança e tributação à capacidade de Minas Gerais gerar oportunidades e melhorar a vida das pessoas.

Os setores representados pela Fecomércio MG estão presentes nos 853 municípios e respondem por mais da metade do valor adicionado bruto de Minas Gerais. Essa presença transforma o Sistema Comércio, composto pela Fecomércio MG, pelo Sesc, pelo Senac e pelos sindicatos empresariais, num interlocutor relevante para qualquer governo que pretenda conhecer a economia real do Estado.

Li integralmente o documento. Uma resposta genérica, afirmando concordância com todas as propostas, seria incompatível com a qualidade técnica da Agenda e com a responsabilidade que deve orientar uma candidatura ao Governo de Minas Gerais. Existem pontos que já estão diretamente incorporados às propostas que apresentamos. Existem outros que podem ser construídos por atos administrativos, cooperação institucional ou regulamentação. Há, finalmente, pedidos específicos que produzem efeitos fiscais, jurídicos, orçamentários ou regulatórios e que não devem ser assumidos sem análise prévia.

A partir dessa distinção, apresento os seguintes compromissos.

1. Instituir os Governos Regionais e incluir o setor produtivo na pactuação territorial

A defesa da interiorização do desenvolvimento feita pela Fecomércio MG coincide com uma das principais propostas de nossa candidatura: os Governos Regionais.

Minas Gerais não pode continuar exigindo que empresários, lideranças e prefeitos se desloquem até Belo Horizonte para que problemas regionais sejam conhecidos pela administração estadual. Os Governos Regionais serão formados pela reorganização de cargos, equipes e estruturas existentes, sem ampliar a despesa com pessoal e sem criar uma instância política concorrente com os prefeitos eleitos.

Cada Governo Regional acompanhará dados, indicadores, obras, prazos e programas. Também deverá aproximar empresas, Estado, municípios, produtores e universidades, identificando gargalos e oportunidades de cada território.

Assumo o compromisso de assegurar a participação institucional das entidades empresariais nas rotinas públicas de escuta e pactuação regional, ao lado das demais representações da sociedade. Essa participação terá agendas, atas, critérios e devolutivas públicas. Não será um canal para pedidos individuais, e sim um espaço para discutir infraestrutura, inovação, qualificação e vocações produtivas de cada região.

2. Adotar uma política permanente de qualidade regulatória

A Agenda acerta ao apontar os custos provocados pela multiplicidade de normas, pela repetição de procedimentos e pelas interpretações divergentes entre órgãos públicos.

Nos primeiros 100 dias de governo, será organizada uma agenda de qualidade regulatória, dentro da estrutura existente, para identificar os procedimentos estaduais de maior impacto sobre a abertura, a ampliação e o funcionamento das empresas. A seleção das prioridades será feita com critérios públicos, considerando custo de conformidade, impacto econômico, número de usuários, risco envolvido e tempo de resposta.

A simplificação não será confundida com ausência de fiscalização. Atividades de baixo risco devem receber tratamento proporcional. Atividades com impacto ambiental, sanitário ou sobre a segurança continuarão submetidas ao rigor necessário.

Na área ambiental, o compromisso é ordenar os instrumentos existentes, reduzir sobreposições e concentrar a capacidade técnica do Estado onde o risco for maior. O empreendedor precisa conhecer a regra, o documento exigido, o prazo de análise e o responsável pela decisão. O servidor, por sua vez, precisa de formação, segurança jurídica e suporte técnico para decidir.

3. Criar padrões públicos de atendimento ao empreendedor

A Carta Mineira de Serviços Públicos será transformada num instrumento efetivo de gestão. Ela estabelecerá canais, devolutivas, prazos e responsáveis pelos serviços estaduais que afetam diretamente a atividade econômica.

Isso inclui procedimentos de licenciamento, registros empresariais, serviços de trânsito, novas ligações de energia e demais processos estaduais relevantes. Os indicadores serão divulgados por órgão, procedimento e região, para que a sociedade saiba o que esperar e a quem cobrar.

Também será perseguido o princípio de que um dado já entregue ao Estado não deve ser exigido repetidamente quando houver base jurídica e segurança tecnológica para seu compartilhamento. A digitalização precisa reduzir etapas, filas e prazos, e não simplesmente transferir a burocracia do balcão para a tela.

4. Fortalecer as micro e pequenas empresas sem criar novos labirintos administrativos

Microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas formam a grande maioria da base empresarial de Minas Gerais. A política pública dirigida a esse universo precisa combinar acesso a crédito, assistência técnica, capacitação, digitalização e simplificação.

Assumo o compromisso de fortalecer o Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte como instância consultiva e de acompanhamento das políticas estaduais. Suas deliberações deverão receber resposta formal do Governo, com indicação do que foi acolhido, do que não foi acolhido e das respectivas justificativas.

O Estado apoiará os municípios na implementação efetiva da Redesim e dos instrumentos de liberdade econômica, respeitando a autonomia municipal. A prioridade será fazer os sistemas funcionarem na prática, com integração de dados, orientação aos servidores e redução das exigências redundantes.

A política não será medida apenas pelo número de empresas abertas. Serão acompanhados formalização, longevidade, produtividade e renda, porque abrir rapidamente uma empresa que fecha poucos meses depois não representa desenvolvimento sustentável.

5. Conectar inovação à produtividade das empresas

Nosso compromisso com a inovação parte de uma escolha clara: recurso público para ciência e tecnologia precisa produzir conhecimento, oportunidades, produtividade e serviços melhores.

A Fapemig será tratada como instituição estratégica. Entre suas prioridades estará um programa voltado a pequenas e médias empresas de base tecnológica, aproximando empresas, pesquisadores e universidades e financiando avaliações, pesquisa aplicada e projetos-piloto.

A residência tecnológica será consolidada como política de Estado, conectando formação avançada aos problemas concretos das empresas e das regiões. Os ambientes de inovação não podem permanecer isolados das atividades produtivas.

No comércio, nos serviços e no turismo, a transformação digital deve chegar também aos pequenos negócios. O Estado poderá articular crédito, diagnóstico, formação e suporte técnico por meio de parcerias com BDMG, Fecomércio MG, Fapemig, Sebrae, Senac, universidades e outras instituições qualificadas.

O uso de inteligência artificial pelo Estado observará proteção de dados, supervisão humana, transparência e possibilidade de revisão. Tecnologia não pode produzir uma nova forma de decisão pública opaca.

6. Alinhar educação profissional às vocações regionais

A Agenda identifica corretamente o descompasso entre parte da formação oferecida e as competências demandadas pelas empresas. Ao mesmo tempo, a escola não pode ser reduzida a um centro de treinamento imediato para vagas existentes hoje.

O estudante precisa aprender Matemática e Língua Portuguesa, compreender o mundo em que vive e ter acesso a diferentes trajetórias de formação. A educação profissional deve ser uma oportunidade relevante, e não o único destino oferecido aos jovens.

Assumo o compromisso de organizar um sistema permanente de identificação das demandas por qualificação em cada região. Essa informação será produzida com empresas, instituições de ensino, municípios, trabalhadores e universidades e servirá para orientar a oferta formativa.

Os programas serão avaliados por aprendizagem, empregabilidade, permanência, produtividade e renda dos egressos. Não será suficiente informar quantas matrículas foram abertas.

Reconheço a capacidade territorial e técnica do Senac. O Governo buscará parcerias com o Senac e com outras instituições públicas ou privadas qualificadas, utilizando estruturas existentes e observando critérios legais, públicos e transparentes. Não haverá exclusividade previamente concedida nem impedimento ideológico à cooperação com quem comprovadamente sabe executar.

A utilização de instrumentos relacionados ao Propag, inclusive aqueles destinados à educação profissional, será examinada de acordo com a legislação, a necessidade regional e o retorno educacional e econômico esperado.

7. Transformar a logística numa política de Estado

A Fecomércio MG destaca a necessidade de integrar aeroportos, ferrovias e rodovias. Essa convergência é central.

Minas Gerais possui a maior malha rodoviária do Brasil e continua excessivamente dependente dela. O resultado aparece no custo do frete, no desgaste das estradas e no risco enfrentado pelas famílias.

Nosso governo adotará contratos plurianuais de manutenção rodoviária por desempenho, com indicadores de disponibilidade, pavimentação, segurança e sinalização. Também instituirá o Portfólio Estadual de Projetos Executivos, impedindo que uma oportunidade de financiamento seja perdida porque Minas Gerais não possui engenharia, licenciamento ou projeto preparados.

Não sou contra concessões. Sou contra pagar por um serviço que não é entregue. Cada concessão deverá permitir o acompanhamento público de aditivos, contratos, investimentos, obras, prazos e qualidade. Tarifa precisa corresponder a contrapartida verificável.

Na agenda ferroviária, organizaremos 15 corredores numa carteira pública. Cada corredor terá custo, etapa, fonte, prazo e responsável. O compromisso do primeiro governo será concluir projetos, garantir recursos e iniciar as obras maduras, sem prometer que todos os corredores estarão integralmente construídos até 2030.

8. Incorporar a Ferrovia do Café à estratégia ferroviária do Sul de Minas Gerais

A mobilização promovida pela Fecomércio MG e pela Fecomércio RJ em defesa da Ferrovia do Café será tratada como uma oportunidade concreta de cooperação.

O eixo entre Lavras, Três Corações e Varginha coincide com o núcleo do corredor ferroviário do Sul de Minas Gerais incluído em nossa carteira. A conexão por Lavras permite sua articulação com o Corredor Minas–Rio, em direção a Barra Mansa e Angra dos Reis.

Nossa carteira também mantém a possibilidade de conexão entre Varginha e Cruzeiro, em São Paulo, abrindo uma segunda porta para a malha da MRS e para diferentes destinos ferroviários do Sudeste. Essas possibilidades não devem ser tratadas como projetos concorrentes. A escolha das etapas deverá considerar capacidade operacional, carga contratada, custo de implantação, direito de passagem, retorno dos vagões e viabilidade econômica.

A prioridade é fazer Varginha voltar aos trilhos e integrar a ferrovia ao Porto Seco Sul de Minas. O trem não deve levar café e voltar vazio. A operação de retorno pode trazer insumos e mercadorias destinados ao Sul de Minas Gerais, aumentando a utilização dos vagões e fortalecendo o Porto Seco como plataforma de entrada e saída.

O corredor também deverá avaliar passageiros e turismo onde houver demanda e viabilidade, sem misturar indevidamente os modelos econômicos de carga e de transporte de pessoas.

9. Avançar na integração metropolitana

A divisão administrativa entre transporte municipal, transporte metropolitano e metrô não pode continuar sendo transferida para o passageiro.

Assumo o compromisso de promover a integração física, operacional e tarifária dos sistemas, em cooperação com os municípios. Os estudos avaliarão confiabilidade, custo, lotação, regularidade e tempo de viagem, além da repartição de responsabilidades entre Estado e municípios.

A tarifa única metropolitana será tratada como objetivo a ser viabilizado quando houver condições fiscais e técnicas. Qualquer apoio público deverá estar condicionado a metas de desempenho e transparência da estrutura de custos.

A integração também deverá considerar o acesso aos centros comerciais, aos equipamentos de saúde, aos polos educacionais e aos principais destinos turísticos. Transporte coletivo não é apenas política social. É infraestrutura de produtividade.

10. Tratar cultura, gastronomia e turismo como desenvolvimento econômico regional

A Agenda acerta ao não separar turismo da economia criativa e da identidade territorial.

Nosso governo fortalecerá circuitos e roteiros regionais, qualificará a gestão dos equipamentos estaduais e apoiará a conexão entre artesanato, cultura, gastronomia, natureza, patrimônio e turismo.

A política de fomento será desconcentrada. Editais, formação e recursos precisam alcançar o interior, respeitando a diversidade das manifestações e evitando que o apoio se concentre nos mesmos municípios e produtores.

Também serão valorizados calendários permanentes, experiências acessíveis, manifestações populares e patrimônios materiais e imateriais. O apoio a eventos deverá considerar legado, impacto regional, prestação de contas e sustentabilidade, e não apenas público estimado ou repercussão momentânea.

Sesc e Senac poderão contribuir com formação, pesquisa, serviços e turismo social por meio de parcerias juridicamente adequadas. O Estado não deve disputar com instituições que funcionam. Deve coordenar, avaliar e cooperar.

11. Proteger áreas comerciais, cadeias logísticas e destinos turísticos

Segurança pública e desenvolvimento econômico estão diretamente relacionados. Um estabelecimento que altera o horário, contrata proteção adicional ou perde consumidores por medo já está pagando o custo da criminalidade.

Nosso governo instituirá o Centro Integrado de Inteligência Criminal, conectando Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal e estabelecendo cooperação permanente com forças federais e de outros estados quando necessária.

A prioridade será atacar a organização criminosa por sua estrutura. Isso exige análise territorial, investigação digital, investigação financeira, recuperação de ativos e repressão às rotas de circulação de dinheiro, drogas e mercadorias ilícitas.

O combate ao furto, à receptação e ao roubo de cargas será integrado ao planejamento logístico. Áreas comerciais e destinos turísticos receberão planejamento orientado por dados, horários críticos e padrões territoriais de ocorrência, em cooperação com os municípios nas áreas de iluminação, limpeza e ocupação urbana.

Também será estruturada uma frente de cooperação contra golpes digitais, fraudes em meios de pagamento e utilização de contas para movimentação criminosa. O Estado deve compartilhar alertas e inteligência, sem transferir às empresas a responsabilidade que cabe às instituições de segurança.

12. Estabelecer padrões de atendimento empresarial nos serviços essenciais

Atrasos em novas ligações, ampliações de capacidade e respostas técnicas podem impedir o início de uma atividade econômica mesmo depois de concluídos todos os demais investimentos.

Assumo o compromisso de estabelecer padrões específicos para demandas empresariais complexas nos serviços estaduais e nas empresas controladas pelo Estado, com indicadores, prazos, responsáveis e transparência.

Isso não significa criar atendimento privilegiado. Significa reconhecer que uma ligação residencial e a conexão de uma unidade produtiva possuem complexidade, impacto e requisitos diferentes.

A Cemig não será privatizada em nosso governo. Será administrada com critérios técnicos, metas de investimento e padrões públicos de atendimento. Nas atividades submetidas à regulação, o Estado cobrará canais adequados, qualidade, tarifa e universalização por meio das agências e dos contratos competentes.

13. Aumentar o valor agregado das exportações de Minas Gerais

Minas Gerais não pode se contentar em exportar grandes volumes e reter uma parcela pequena do valor produzido.

A política de desenvolvimento regional apoiará certificação, conhecimento, pesquisa, rastreabilidade e transformação produtiva. Isso vale para a cafeicultura, a economia criativa, os minerais críticos, os produtos agroindustriais e os serviços intensivos em conhecimento.

Epamig, Emater-MG e Fapemig terão papéis complementares. A Epamig produzirá pesquisa agropecuária aplicada. A Emater-MG ajudará o conhecimento a chegar ao produtor. A Fapemig financiará ciência, inovação e pesquisa.

O Estado apoiará a preparação de empresas para mercados com exigências ambientais, comerciais, sanitárias e tecnológicas mais elevadas, utilizando instituições existentes e parcerias qualificadas. A participação das micro e pequenas empresas no comércio exterior deverá ser tratada como instrumento de desenvolvimento regional, e não apenas como indicador de exportação.

14. Integrar prevenção, qualidade de vida e sustentabilidade

A atividade econômica depende de cidades saudáveis, infraestrutura ambiental e trabalhadores protegidos.

Nosso governo reforçará a prevenção, a saúde mental e a vacinação, com metas regionalizadas e integração à atenção primária. As parcerias com instituições que já possuem capilaridade poderão ampliar ações de atividade física, educação em saúde e prevenção de doenças crônicas.

Na gestão de resíduos, serão fortalecidos consórcios regionais, coleta seletiva, cooperativas de catadores e economia circular. O objetivo será eliminar lixões e transformar a destinação de resíduos numa cadeia ambientalmente adequada e socialmente inclusiva.

A proposta de ampliar doações de alimentos e combater o desperdício merece construção conjunta. O Estado deverá oferecer orientação e segurança jurídica, preservando a responsabilidade sanitária e evitando que uma iniciativa socialmente relevante seja inviabilizada por incerteza regulatória.

15. Conduzir a transição tributária com previsibilidade e responsabilidade

A transição do ICMS para o IBS exigirá um esforço institucional extraordinário. Empresas e administração tributária conviverão durante anos com sistemas simultâneos e precisarão adaptar contratos, processos e tecnologias.

O Governo deverá publicar orientações claras, organizar canais de atendimento e antecipar dúvidas. Nos casos de inconsistência decorrente da adaptação e sem dolo ou fraude, considero correta a adoção de mecanismos de orientação e regularização antes da penalidade, quando juridicamente possível.

Isso não reduzirá o combate à sonegação, que prejudica o contribuinte regular e produz concorrência desleal.

Os benefícios e subsídios fiscais serão consolidados num painel anual com contrapartidas, custo, objetivo e resultado. Também serão indicados o beneficiário, quando juridicamente possível, e o prazo de vigência.

Não entraremos automaticamente numa guerra fiscal para repetir incentivos concedidos por outros estados. Regimes especiais e benefícios somente serão defendidos quando houver demonstração de necessidade competitiva, retorno público e sustentabilidade durante a transição tributária.

16. Avaliar políticas e prestar contas dos resultados

A Agenda da Fecomércio MG utiliza reiteradamente conceitos como impacto, indicador, meta e monitoramento. Essa orientação coincide com uma das propostas institucionais mais importantes de nossa candidatura: a Comissão Independente de Avaliação e Resultados de Minas Gerais.

Não basta saber quanto um programa gastou ou quantas pessoas foram matriculadas. É necessário descobrir para quem funcionou, em qual território, a que custo e com qual resultado.

As políticas de crédito, digitalização, inovação, qualificação e regionalização deverão nascer com indicadores e fontes de dados definidos. Os relatórios serão públicos, e o Governo terá obrigação de explicar quais recomendações acolheu e quais rejeitou.

O técnico mede, o governo decide e a sociedade conhece as razões.

Pontos que exigem estudo técnico e devolutiva formal

Alguns pedidos da Agenda possuem mérito relevante, porém não podem ser assumidos exatamente como formulados sem estudos específicos. Em respeito à Fecomércio MG, registro desde já como serão tratados.

1. Condições financeiras específicas do BDMG

Prazos de até 120 meses, carências de até 36 meses, fundos garantidores e financiamento de ativos intangíveis podem ser instrumentos úteis. Sua adoção depende de avaliação da capacidade financeira, do custo fiscal, da governança, do risco de crédito e das fontes de capital do Banco.

O compromisso é produzir diagnóstico e proposta, e não anunciar crédito sem verificar se ele poderá ser sustentado e pago.

2. Gestão integral das receitas da JUCEMG

A proposta de permitir que a JUCEMG retenha integralmente seus resultados será analisada considerando autonomia da autarquia, capacidade de investimento, equilíbrio fiscal, qualidade do atendimento e unidade orçamentária do Estado.

Não assumo previamente a retenção integral de qualquer superávit. Assumo examinar se uma parcela vinculada a metas de modernização e serviço pode produzir resultado superior para empresas e para o próprio Estado.

3. Créditos acumulados de ICMS durante a transição

A preservação dos créditos legítimos e da não cumulatividade é necessária. O desenho dos procedimentos de reconhecimento, compensação e restituição exige análise do estoque, do fluxo de caixa estadual, do risco de fraude e das regras da transição.

A resposta deverá combinar previsibilidade ao contribuinte e proteção ao Tesouro, sem transformar crédito legítimo em ativo indefinidamente bloqueado.

4. Consideração de créditos antes do lançamento tributário

A proposta será submetida a avaliação jurídica e operacional para identificar em quais hipóteses a recomposição prévia da escrita fiscal pode evitar autuações e litígios desnecessários, sem comprometer a fiscalização.

5. Multas tributárias

A proporcionalidade das multas deve ser examinada. Não assumo uma redução linear. A análise deverá distinguir obrigação acessória, obrigação principal, reincidência, regularização espontânea, dolo e fraude.

6. Substituição da Selic pelo IPCA

A alteração do índice de atualização dos parcelamentos produz impacto fiscal e modifica os incentivos à regularização. A proposta será examinada com simulações de arrecadação, adimplência, custo financeiro e tratamento isonômico.

7. Alternância na presidência do Conselho de Contribuintes

A proposta será analisada sob os critérios de equilíbrio institucional, imparcialidade, legalidade e segurança decisória. Não haverá compromisso automático com alteração de governança sem ouvir conselheiros, contribuintes, especialistas e Fazenda Pública.

8. Prioridade institucional em contratações ou parcerias

A capacidade de execução do Senac e das demais instituições do Sistema Comércio será reconhecida. Parcerias públicas, porém, observarão competência, impessoalidade, legalidade, transparência e resultado. A boa relação institucional não será convertida em exclusividade prévia.

Prazos de implementação e acompanhamento

Para que esta carta não seja apenas uma manifestação de concordância, assumo o seguinte método de trabalho:

Nos primeiros 100 dias, publicar a matriz de acompanhamento das propostas recebidas da Fecomércio MG, indicando área responsável, instrumento necessário e prazo de análise; iniciar a agenda de qualidade regulatória; instalar os Governos Regionais; organizar a unidade estadual de projetos ferroviários; e selecionar os primeiros serviços empresariais que receberão padrões públicos de desempenho.

Em até 180 dias, apresentar devolutiva técnica sobre as propostas relativas ao BDMG, aos créditos de ICMS, à JUCEMG, às multas tributárias, aos parcelamentos e ao Conselho de Contribuintes; concluir o primeiro mapa regional de demandas de qualificação; e definir padrões de atendimento empresarial para serviços essenciais sob responsabilidade estadual.

Até o final do primeiro ano, encaminhar as alterações legais e regulamentares consideradas viáveis, publicar o primeiro painel anual de benefícios e subsídios fiscais e apresentar relatório público sobre a implementação dos compromissos desta carta.

Presidente Nadim,

O comércio, os serviços e o turismo não são setores acessórios da economia mineira. É neles que milhões de pessoas encontram emprego, empreendem, consomem e transformam as vocações de cada região em renda.

A Fecomércio MG encontrará em nosso governo abertura para diálogo e disposição para decidir. Encontrará também responsabilidade para não prometer aquilo que não passou por análise.

Benefício público precisa produzir benefício para o público. Crédito precisa produzir investimento sustentável. Formação precisa produzir aprendizagem e oportunidade. Infraestrutura precisa produzir segurança e redução de custos. Regulação precisa proteger a sociedade sem transformar o Estado num obstáculo permanente para quem trabalha.

É com esse espírito que apresento esta resposta e assumo o compromisso de manter uma relação institucional, pública e transparente com a Fecomércio MG, o Sesc, o Senac e os sindicatos empresariais durante todo o governo.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato ao Governo de Minas Gerais

MDB 15